

# Campanha Salarial nas IFES: reposição das perdas inflacionárias já!

Os docentes das instituições federais de ensino superior (IFES) estão com quase metade se seus salários corroídos pela inflação desde 2015, quando ocorreu o último acordo de reposição inflacionária. Convoque as ADs, o ANDES e toda a categoria a imediatamente engajarem-se na Campanha Salarial 2022 centrada em um índice de recomposição inflacionária emergencial a ser apresentado ao governo, em unidade com demais servidores em um grande movimento em defesa da Universidade e dos serviços públicos.

## O último reajuste

O acordo de 2015 compreendeu dois reajustes diferentes em natureza: um de reposição inflacionária e outro de reestruturação de carreira.

O reajuste de reposição de perdas inflacionárias veio em duas parcelas (janeiro de 2016 e de 2017) que totalizaram 10,8% de aumento linear (igual a todos os segmentos) sobre o salário de março de 2015. Isso está ilustrado nas colunas 3 e 4 da tabela abaixo.

Já o reajuste de reestruturação na carreira do magistério promoveu aumentos diferenciados, conforme segmento (titulação, classe,

nível e regime), maiores ou menores, conforme descrito na coluna 5 da tabela. Tais reajustes, que alteraram o relativo entre Vencimento Básico (VB) e Retribuição por Titulação (RT), foram concedidos em três parcelas: agosto de 2017, 2018 e 2019. Ainda que críticas a tal reestruturação mereçam ser feitas e debatidas (por tornar o ascenso na carreira mais íngreme e por intensificar a desigualdade salarial entre pares), o fato é que ela acabou permitindo suplementar um pouco mais a reposição inflacionária



no rendimento da maioria dos docentes.

O montante total de aumento (incluindo ambos os reajustes, o de perdas inflacionárias 2016/17 e o da reestruturação da carreira 2017/18/19) no valor nominal dos salários decorrente do Acordo-2015 está demonstrado na coluna 6 da tabela.

Titulação, Classe, Nível e Regime	Acordo 2015					Campanha Salarial 2022	
	antes do acordo	Reposição inflacionária (ref. período pré-2015)		"reestruturação" carreira		Reposição inflacionária jan2017 / dez 2021 (IPCA): 28%	
		Salário (R\$ mil) mar. 2015	Reajuste % (nominal)	Salário (R\$ mil) mar. 2017	Reajuste % (nominal)	Salário (R\$ mil) ago. 19 (até hoje congelado)	Reajuste %
Mestrado, auxiliar-2, 20h	2,570	10,8	2,847	3,1	2,935	28	3,747
Doutorado, adjunto-1, 20h	3,345	10,8	3,706	16,6	4,322	28	5,518
Mestrado, auxiliar-2, 40h	3,952	10,8	4,379	3,2	4,520	28	5,771
Doutorado, adjunto-1, 40h	5,806	10,8	6,433	11,2	7,156	28	9,135
Doutorado, associado-1, 40h	6,744	10,8	7,472	34,6	10,061	28	12,845
Doutorado, Titular, 40h	7,860	10,8	8,708	43,0	12,449	28	15,894
Mestrado, adjunto-1DE	7,216	10,8	7,996	3,0	8,233	28	10,511
Doutorado, assistente-2, DE	9,321	10,8	10,327	8,3	11,185	28	14,280
Doutorado, adjunto-4, DE	10,952	10,8	12,135	9,4	13,274	28	16,946
Doutorado, adjunto-3, DE	10,571	10,8	11,712	9,0	12,763	28	16,295
Doutorado, associado-2, DE	14,318	10,8	15,864	8,8	17,256	28	22,030

“ O golpe de 2016, contudo, reverte novamente qualquer disposição governamental em aceitar recuperação de perdas, muito menos melhorias na carreira e nas condições de trabalho. Muito diferente do período anterior, Temer e, sobretudo, Bolsonaro passaram a rejeitar e bloquear qualquer negociação salarial.”

### Golpe, congelamento e derretimento

A luta pela recuperação das perdas inflacionárias e também pela defesa de uma carreira docente bem estruturada como parte da batalha pela Universidade Pública, democrática e de qualidade se deu por meio de grandes mobilizações sindicais que contaram com engajamento da categoria nas últimas décadas. Os reajustes conquistados no período da expansão (das universidades, institutos federais e da própria categoria docente) durante os governos Lula e Dilma (a despeito a perda de benefícios previdenciários aos ingressantes na carreira com a Reforma/2003) foram consideravelmente maiores do que os dos governos FHC e Collor, que mantinham salários congelados e universidades estranguladas. De 2004 a 2016 dois movimentos impactaram a evolução da remuneração longo das carreiras (Magistério Superior e EBTT): primeiro ela subiu em geral acima da inflação a todos os segmentos; e estes, em segundo lugar, passaram a ter aumentos muito desiguais devido à Reestruturação (2009-19) na

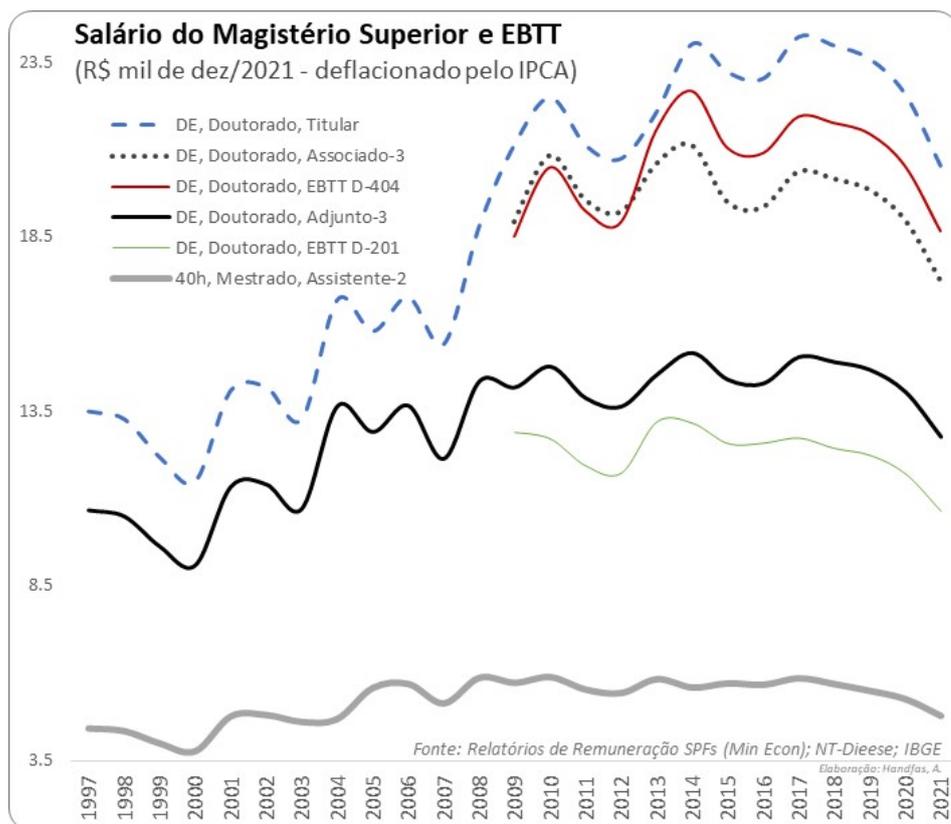
carreira, levando à elitização do topo em detrimento da base (uma nova reestruturação, a partir daquilo já historicamente elaborado pelo Andes, deve ser debatida pelas ADs mais adiante visando construir uma pauta de reivindicação específica sobre o tema). Isso pode ser observado nas curvas dos segmentos selecionados no gráfico abaixo.

O golpe de 2016, contudo, reverte novamente qualquer disposição governamental em aceitar recuperação de perdas, muito menos melhorias na carreira e nas condições de trabalho. Muito diferente do período anterior, Temer e, sobretudo, Bolsonaro passaram a rejeitar e bloquear qualquer negociação salarial.

Assim, os governos pós-golpe/2016 mantiveram nossos salários nominais brutos congelados, chegando mesmo a reduzi-los em termos líquidos com o aumento da alíquota previdenciária resultante da respectiva Reforma, a EC-103/2019. Bem além disso, trataram de apertar ainda mais os torniquetes das travas constitucionais ou legais para limitar verbas às áreas sociais e à folha de pagamento do funcionalismo. Por exemplo, a LC-173 manteve os salários dos servidores congelados durante os últimos dois anos; a EC-109/2021, criou gatilho que suspende qualquer reajuste salarial sempre que a relação despesa primária obrigatória/despesa primária geral atingir 95% (algo sempre próximo de acontecer...). Com todos esses ataques nossos salários passaram a derreter frente à inflação.

### Reposição das perdas inflacionárias a toda categoria docente e aos servidores!

Como visto na coluna 7 da Tabela acima, a inflação acumulada entre a última parcela do reajuste inflacionário que tivemos, em janeiro de 2017, e hoje foi de quase 28%. Assim, esse índice é uma referência aos debates nas Assembleias Gerais das ADs de reivindicação justa à categoria docente



federal: um aumento linear (igual a todos os segmentos) sobre o salário total (VB + RT) para repor 28% das perdas inflacionárias que todos tivemos.

Lembrando, contudo, que a unidade das campanhas das várias categorias de servidores públicos federais (SPFs) é fundamental para forçar o governo Bolsonaro a abrir negociações. Urgentemente! Pois, por ser este um ano eleitoral, o prazo para o reajuste é início de abril.

Por isso, é claro que, nome da unidade e da urgência, o movimento docente pode (e deve) adequar sua demanda específica àquela mais de consenso do conjunto dos SPFs em sua estratégia de luta imediata. O Fonasefe (Fórum dos sindicatos dos SPFs) acaba de protocolar no ministério da Economia uma reivindicação emergencial (por isso parcial) de reposição da inflação apenas do período Bolsonaro (2019 a 2021, 19,99%) a todos SPFs. Reivindicação que deve ser abraçada pelos docentes, suas ADs e pelo Andes-SN como demanda imediata (ainda que a perda de 28%, específica aos docentes federais, deva seguir como referência para futuras lutas de recomposição de nossos rendimentos).

Pois o importante agora é construir a unidade que dará ao conjunto dos SPFs força na luta pelo atendimento imediato da reivindicação apresentada pelo Fonasefe: um índice percentual único e linear de reposição a todo funcionalismo federal. Será tal unidade, a mesma que barrou (até agora) a PEC-32, da Reforma Administrativa, que pode também permitir arrancar uma reposição salarial imediata.

Mais adiante, obviamente, outras demandas devem ser somadas a uma pauta mais geral de reivindicações a ser apresentada a este ou a um próximo governo: reposição inflacionária ao Auxílio Alimentação, à Assistência

Pré-escolar (nos pífios valores atuais de R\$458 e R\$321 respectivamente e cujo último reajuste ocorreu em 2016) e ao salário; reestruturação de carreira, benefícios etc.

### **A luta orçamentária: há verbas a um reajuste?**

O governo e o centrão (com apoio da mídia e dos “mercados”) mentem ao alegar não haver verbas para reposição salarial. Dizem, com lágrimas de crocodilo, que “na crise todos, ricos e pobres, temos de fazer sacrifícios”.

A verdade é que os lucros de banqueiros, mega empresários do agonegocio e da medicina privada batem recordes em plena pandemia e que grandes fortunas e especuladores seguem pagando uma merreca de imposto. A Lei Orçamentária (LOA) 2022, com R\$ 4,823 trilhões a serem gastos, é a maior da história, expandida em centenas de bilhões com a “PEC dos precatórios”. E prevê desperdiçar boa parte de tal expansão em desonerações a grandes empresas, gastos com juros da dívida - que voltaram a disparar com a alta da Selic pelo Bacen - ou em gastos eleitoreiros, como a elevação do Fundo Eleitoral, e os R\$ 37,6bi em “emendas parlamentares”; R\$16,5 bi em “emendas do relator” (orçamento secreto).

Mas nessa LOA, verbas de áreas sociais são cortadas: as da Educação e do Ensino Superior são respectivamente 26% e 37% menores que as de 2015; sendo as menores desde 2012. E nela pífios R\$ 1,7 bilhões estão previstos à rubrica “Reajuste de Servidores do Executivo Federal” (sendo que 10% de reajuste a todos SPFs representariam quase R\$ 30 bi). Entretanto, a regra garante que, uma vez presente na LOA, a rubrica **pode sim ter sua dotação ampliada** durante o exercício

“ O importante agora é construir a unidade que dará ao conjunto dos SPFs força na luta pelo atendimento imediato da reivindicação apresentada pelo Fonasefe: um índice percentual único e linear de reposição a todo funcionalismo federal.”

orçamentário, bastando uma solicitação do Executivo ao Congresso (mediante um Projeto de Lei de crédito adicional). Até porque a reposição de perdas da inflação do ano anterior aos servidores seria garantida pela própria Constituição (art.37).

Tudo dependerá da pressão de nosso movimento sobre o governo e o Congresso.

**A reposição inflacionária é justa e exequível. Ela é necessária à defesa da qualidade da Universidade, da produção científica e dos serviços públicos.**

Mais de 14 governos estaduais já anunciaram que realizarão reajustes salariais. E Bolsonaro prometeu aumento, mas apenas aos policiais – levando o conjunto dos SPFs a iniciarem, já no começo de janeiro, um forte movimento de pressão (incluindo a possibilidade de paralisações e greve) exigindo isonomia.

**Organizar a campanha salarial e construir a pauta de reivindicações**

- realização de Assembleias Gerais de ADs (seções sindicais do ANDES)

## Calendário de lutas:

■ **27 de janeiro** – Plenária Nacional de Servidores Públicos

■ **2 de fevereiro** (retorno do recesso legislativo) – atos públicos, campanha de e-mails/tweet/mensagens aos deputados e senadores etc.

■ **14 a 25 de fevereiro** – jornada de lutas por mais verbas aos Serviços Públicos e reposição salarial

■ **9 de março** – indicativo de greve nacional de todo Funcionalismo Público

de todas as IFES durante o mês de janeiro, para debater a luta pela reposição salarial e aprovar um índice de reajuste unitário dos SPFs (além de debater outras pautas para lutas adiante).

- realização de um novo Encontro de Setores do ANDES-SN para início de fevereiro que aprovará o índice de reposição e a estratégia unitária da Campanha Salarial nas IFES (a ser atualizada e reforçada no Congresso do Andes em março);

- participação das ADs e do Andes

nos fóruns unitários de servidores (Fonasefe e também das três esferas), de seu calendário de lutas, atos públicos, panfletagens e atividades gerais ali definidas – tudo voltado a forçar o governo e o Congresso a abrir imediata negociação.

(\*) Esta contribuição foi elaborada por dirigentes de ADs e ativistas do Fórum Renova Andes com base em uma Nota Técnica do Dieese especialmente por eles solicitados (como o Andes-SN desfilou-se do Dieese, a solicitação foi feita através da ADUnB, que é diretamente filiada). Uma versão atualizada dela será submetida como proposta de resolução (TR) ao 40º Congresso do Andes-SN

## Quem Somos

No encerramento do 35º Congresso do ANDES-SN, em janeiro de 2016, docentes-delegados de dez instituições de ensino superior, os quais já vinham se reunindo desde a greve das IFES de 2012, constituíram o Fórum Renova ANDES-SN. Naquele momento, a situação do País era gravíssima, estava em curso o golpe de estado judiciário contra o qual o povo brasileiro se mobilizou e luta contra suas consequências e desdobramentos.

O Fórum Renova ANDES-SN se fortaleceu justamente pelo fato de que a atual diretoria do ANDES-SN e seus apoiadores haverem recusado como “centralidade da luta” a batalha contra o golpe e contra o ajuste fiscal, recusando, por conseguinte, todas as iniciativas unitárias que, então, as centrais sindicais e movimentos sociais já estavam tomando com este eixo.

A partir daí, o Fórum Renova Andes-SN vem organizando os docentes que se opõem a esta orientação da diretoria do ANDES-SN, buscando congregar todos aqueles que querem uma outra orientação para o sindicato.

